

RESUMOS DE PESQUISA	1193
RESUMOS (Artigos Completos)	1195
RELATOS DE EXPERIÊNCIA	1282

RESUMOS DE PESQUISA

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS ESCOLAS: SABERES CONSTRUÍDOS NA ERA DIGITAL	1194
--	------

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS ESCOLAS: SABERES CONSTRUÍDOS NA ERA DIGITAL

LUIS HENRIQUE RAMOS ALVES

RAQUEL ROSAN CHRISTINO GITAHY

Estando a escola atual inserida em uma sociedade conectada, pode-se usar as informações constantes no meio digital para se discutir mais amplamente o tema "responsabilidade civil das escolas", conscientizando os profissionais envolvidos na escola, os pais e toda a sociedade. O objetivo da presente pesquisa foi analisar o uso do ambiente virtual para auxiliar a construção do saber da sociedade sobre a responsabilidade civil. A fim de atingir tal objetivo, a pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa, no contexto do site "Saber o direito", de acesso livre, criado para interações entre a sociedade e especialistas no tema responsabilidade civil das escolas. Para a coleta de dados foram utilizados os documentos registrados sobre as dúvidas postadas no site. A análise dos dados foi realizada a partir do eixo "saberes construídos", com uma apresentação e discussão de todas as interações a fim de compreender as dúvidas e os saberes construídos sobre o tema responsabilidade civil das escolas. Por meio da análise das reportagens do site "Saber Direito" e dos questionamentos da sociedade postados no mesmo, chegou-se ao resultado que há muitas dúvidas sobre o tema responsabilidade civil das escolas, destacando-se os temas bullying, furto dentro da escola, agressão entre as crianças e acidentes dentro do âmbito escolar. O trabalho vislumbra que o ambiente virtual pode ser um espaço de discussão e divulgação de informações sobre o tema responsabilidade civil nas escolas, esclarecendo que no espaço escolar pode ocorrer inúmeros fatos que geram o dever de indenizar. No Site Saber Direito, as dúvidas relatadas pelos pais foram sanadas, tornando a aprendizagem sobre o tema significativa, já que envolvia discussões de casos concretos. Com esta pesquisa houve uma melhor compreensão de como um ambiente virtual pode auxiliar na construção do saber em relação ao tema responsabilidade civil das escolas.

RESUMOS (Artigos Completos)

A (IM) PENHORABILIDADE SALARIAL SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	1198
A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA MEDIDA DE SEGURANÇA: E A SUA INDETERMINAÇÃO TEMPORAL ENTRE 1940 A 2015.....	1199
A (IR) RENUNCIABILIDADE DO DIREITO DE USO DE IMAGEM DO JOGADOR DE FUTEBOL	1200
A APLICAÇÃO GENERALIZADA DA PRISÃO PREVENTIVA NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO.....	1201
A DESJUDICIALIZAÇÃO E OS ATOS DE INVENTÁRIO E USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAIS	1202
A EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	1203
A EFETIVIDADE NA FASE DE EXECUÇÃO TRABALHISTA ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA LEGITIMIDADE ATIVA PELO JUIZ	1204
A FEBRE AMARELA COMO JUSTIFICATIVA AO DESRESPEITO À VIDA E AOS DIREITOS DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS	1205
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOB O TRIBUNAL DO JÚRI	1206
A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS NAS DECISÕES JUDICIAIS	1207
A INTERDISCIPLINARIDADE DO DIREITO AMBIENTAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA: PRESIDENTE VENCESLAU-SP.....	1208
A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL REALIZADA PELO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM ANALOGIA COM O SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS	1209
A LEI ESTADUAL N. 1.320/2018 E O PROCEDIMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	1210
A NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO DE ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ANTECEDENTE NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.	1211
A PENHORA JUDICIAL DE MOEDA VIRTUAL.....	1212
A PERÍCIA AMBIENTAL COMO FATOR PREPONDERANTE PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1213
A PERÍCIA FORENSE E A ANÁLISE DE VESTÍGIOS EM LOCAIS DE CRIME	1214
A REFORMA TRABALHISTA, COM FOCO NO PRINCÍPIO DA SUBORDINAÇÃO, DA BOA-FÉ E DA PROTEÇÃO.	1215
A TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA E O SISTEMA DE PRECEDENTES NO DIREITO BRASILEIRO	1216
ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	1217
ADOÇÃO INTERNACIONAL E SEUS PROCEDIMENTOS	1218
ALIENAÇÃO PARENTAL	1219
ANÁLISE SUSCINTA SOBRE A TENTATIVA NO FURTO PRIVILEGIADO	1220
APLICAÇÃO DO CRAM DOWN NO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO	1221
APONTAMENTOS SOBRE OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO NCPC 2015.....	1222
AS NOVAS MODALIDADES DE CRIMES CIBERNÉTICOS: O CYBERBULLYING, VINGANÇA PORNOGRÁFICA E A INTERNET PROFUNDA (DEEP WEB)	1223
ASPECTOS JURÍDICOS DO HOMICÍDIO CAUSADO POR EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	1224
ATAQUE DE CACHORRO ESTADO DE NECESSIDADE OU LEGÍTIMA DEFESA?	1225
ATIVISMO JUDICIAL E A SEPARAÇÃO DOS PODERES NO SÉCULO XXI: EXORBITAÇÃO DA FUNÇÃO ATÍPICA DO PODER JUDICIÁRIO.	1226

AUDIÊNCIA DE CUSTODIA E SEUS REFLEXOS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO	1227
BREVES COMENTARIOS A RESPEITO DOS IMPACTOS NORMATIVOS DA LEI 13.546/2017 - HOMICÍDIO CULPOSO	1228
BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DA LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL À LUZ DO NOVO DECRETO Nº 9.178 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017	1229
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DE DIREITO NA MODERNIDADE LÍQUIDA E AS LEIS DE EMERGÊNCIA	1230
CONFLITO ENTRE AS NOVAS DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS TRABALHISTA DO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS E VERBAS SUCUMBENCIAIS E O ACESSO À JUSTIÇA.....	1231
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO E O SENADO FEDERAL: LETRA MORTA NA CONSTITUIÇÃO OU INCONSTITUCIONALIDADE DAS SÚMULAS VINCULANTES?	1232
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PAULISTA: BREVE ANÁLISE ACERCA DO DECRETO ESTADUAL Nº 63.456 DE 5 DE JUNHO DE 2018	1233
DA LESÃO CORPORAL CULPOSA NA CONDUÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR E A LEI FEDERAL Nº 13.546/2017	1234
DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO COMERCIANTE PELO DEFEITO DO PRODUTO OU SERVIÇO À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	1235
DA UTILIZAÇÃO DAS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL.....	1236
DESDOBRAMENTOS SOCIOCULTURAIS DA MIGRAÇÃO E MISCIGENAÇÃO	1237
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO: A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	1238
DIREITO A NACIONALIDADE	1239
DIREITO E A HISTÓRIA DA VINGANÇA DIVINA, PRIVADA E PUBLICA.....	1240
DIREITO TRIBUTÁRIO: AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS	1241
DO DEVER DE FUNDAMENTAR AS DECISÕES JUDICIAIS SOB O PRISMA CONSTITUCIONAL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	1242
DO LITISCONSÓRCIO: BASES FUNDAMENTAIS PARA ENTENDIMENTO DO MECANISMO	1243
DO RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DE PATERNIDADE OU MATERNIDADE SOCIOAFETIVA NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO.....	1244
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA ERA DIGITAL: A ANÁLISE DO OBJETO EDUCACIONAL "JOGO DO ORÇAMENTO"	1245
EUTANÁSIA: DIREITO A UMA MORTE DIGNA	1246
EVENTUAIS REFLEXOS JURÍDICOS INCIDENTES DO NAMORO QUALIFICADO SOBRE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PENSÃO POR MORTE	1247
FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL DO ARTIGO 489, §1º NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: O PAPEL DA MAGISTRATURA NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO	1248
GUARDA COMPARTILHADA: A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DOS PAIS COMO UM PROPÓSITO DE RESPONSABILIDADE DE AMBOS OS GENITORES.	1249
HOLDING FAMILIAR	1250
INIMPUTABILIDADE MENORIDADE PENAL.....	1251
INTERPRETAÇÃO EVOLUTIVA SEGUNDO O SISTEMA GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS E A LIBERDADE DE REUNIÃO.....	1252

LEI DA FICHA LIMPA: PRINCIPAIS MUDANÇAS E SEU FUNCIONAMENTO	1253
LEI MARIA DA PENHA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR : 12 ANOS DE PROTEÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO	1254
MECANISMOS DE DEFESA DA PROPRIEDADE: OFENDÍCULOS	1255
MEIOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	1256
O CRIME DE ESTUPRO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES	1257
O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO VIRTUAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO JURÍDICO	1258
O DIREITO AMBIENTAL COMO FORMA DE AMPARO A TODA SOCIEDADE	1259
O DIREITO AMBIENTAL E GEOGRAFIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: ASPECTOS HISTÓRICOS E ATUAIS.	1260
O ESTADO COMO CONSUMIDOR: E A SUA VULNERABILIDADE TÉCNICA	1261
O ESTADO MODERNO E O REGIME DEMOCRÁTICO	1262
O PAPEL DA PERÍCIA AMBIENTAL NO CASO MARIANA/MG	1263
O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E AS COTAS RACIAIS COMO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR: UMA QUESTÃO CONSTITUCIONAL	1264
O TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS, ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS DO LENOCÍNIO E SUA ABORDAGEM NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	1265
OS EFEITOS DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO OESTE PAULISTA	1266
OS LIMITES DA UTILIZAÇÃO DE REDES SOCIAIS NA ADVOCACIA.	1267
PODER REGULATÓRIO E PODER DE POLÍCIA: ADEQUAÇÃO DE CONCEITOS TRADICIONAIS AO (NOVO) CONTEXTO SOCIAL DEMOCRÁTICO	1268
PONDERAÇÃO DE VALORES E OS PRINCÍPIOS DA NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO DA PRISAO PREVENTIVA	1269
PRIMEIROS APONTAMENTOS SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	1270
PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE	1271
PSICOPATIA NO DIREITO PENAL: RESPONSABILIDADE DO PSICOPATA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.	1272
REGULAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FUNÇÃO REGULATÓRIA: DIVERSIDADE DE CONCEITOS ADMINISTRATIVOS	1273
SALÁRIO MINÍMO NACIONAL VS PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	1274
TEORIA DA JANELA QUEBRADA: UMA REFLEXÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	1275
TEORIA DO ERRO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO	1276
TORNOZELEIRA ELETRONICA VS LIBERDADE RELIGIOSA: CONFLITOS ENTRE DIREITOS HUMANOS	1277
TRANGÊNEROS: A VITÓRIA NO JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4275	1278
TRIBUNAL DO JÚRI: ASPECTOS CONTROVERSOS	1279
TÍTULO DE CRÉDITO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS APLICÁVEIS AO EMITENTE SUSTANTE DE CHEQUES PÓS-DATADOS	1280
UMA BREVE ANÁLISE DA LEI Nº 12.403/2011 EM RELAÇÃO À PRISÃO EM FLAGRANTE NOS TERMOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	1281

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A (IM) PENHORABILIDADE SALARIAL SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

FÁBIO DIAS DA SILVA
DANIEL MERIZIO CASATI

A presente pesquisa tratou acerca da impenhorabilidade, ou não, das verbas salariais quando do advento do Código de Processo Civil de 2015, ao trazer um limite de impenhorabilidade destoante da realidade da economia brasileira. Assim, o objetivo do presente trabalho foi trazer à tona a penhorabilidade de verbas salariais, pouco importando o limite legal estabelecido. Pela metodologia empregada, a partir da dedução, passamos a constar que pela necessidade de uma entrega de tutela jurisdicional satisfativa, motiva ainda mais a relativização do instituto da impenhorabilidade. Pela exposição foi possível concluir que os 50 (cinquenta) salários mínimos não são padrão a se utilizar para declarar impenhorável determinada quantia, devendo resguardar a dignidade da pessoa humana do credor, mesmo que ocasione uma invasão patrimonial ao devedor.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA MEDIDA DE SEGURANÇA: E A SUA INDETERMINAÇÃO
TEMPORAL ENTRE 1940 A 2015

CLEYTON HELENO PEREIRA DA SILVA

DANIELLE YURIE MOURA DA SILVA

A presente pesquisa tem por finalidade refletir sobre acerca do lapso temporal da medida de segurança. Visto que a medida de segurança preconizada no artigo 97 do código penal, afirma que tal instituto possui prazo indeterminado, isto é, existe a possibilidade de a medida protelar até que seja cessada a periculosidade do indivíduo. Por outro lado verifica-se que nossa magna carta veda a existência de pena perpetua, Ante as afirmações resta a mais incessante divergência doutrinaria, ou seja, quanto à inconstitucionalidade ou não da medida de segurança imposta a um indivíduo, sem que seja condicionado um prazo para sua extinção. Deste modo realizando uma breve análise reflexiva dos diversos posicionamentos, assim como o recente entendimento do Superior tribunal de justiça e a edição da súmula 527 de 2015, onde estipula parâmetro executório, verifica-se que a aplicação de tal medida ao longo dos anos desde a entrada em vigor do código penal de 1940, aplicou-se de forma inconstitucional, A metodologia adotada consiste no método hipotético-dedutivo, através de pesquisa bibliográfica, com a utilização de doutrina, jurisprudência e artigos eletrônicos entre outros. Conclui-se que a medida de segurança hoje não é mais inconstitucional.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A (IR) RENUNCIABILIDADE DO DIREITO DE USO DE IMAGEM DO JOGADOR DE FUTEBOL

FÁBIO DIAS DA SILVA
DANIEL MERIZIO CASATI

Pelo presente estudo foi possível trazer em cheque a possibilidade de que se tenha a renúncia dos direitos do uso de imagem do jogador de futebol, ainda mais presente com os avanços tecnológicos que a exposição da figura do atleta ocorre de forma mais corriqueira. Nesse parâmetro, o objetivo cingiu-se em estabelecer bases tanto legais quanto doutrinárias para que se tenha a relativização do direito de imagem, vezes que o jogador, quando contratado em um clube, ou até para fins de propaganda, necessita da tutela de seu direito de imagem, sob pena de ter uma violação em seu direito de personalidade. Consoante à disposição do trabalho, houve a concreta delimitação de que é possível a renúncia somente o direito ao uso da imagem, e não com relação ao direito de personalidade propriamente dito, haja vista que esse é irrenunciável, inerente à condição do ser humano, relevando-se que a verba adquirida é de natureza indenizatória e de um modo a compor a violação tida.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A APLICAÇÃO GENERALIZADA DA PRISÃO PREVENTIVA NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO

LOANA C PROENÇA SILVA

ANNA LAURA DOS SANTOS CONSTANCIO

O objetivo do projeto é uma breve análise para demonstrar a realidade do sistema prisional brasileiro, pautado em pesquisas junto ao ordenamento jurídico, bem como com a leitura de artigos e doutrinas. É possível observar que com a ocorrência de rebeliões e a explosão da crise penitenciária no País, busca-se a raiz do problema o qual recai sobre o judiciário. Entretanto, esses fatos relatados não impedem que determinado Juiz decrete a prisão preventiva do agente que tenha cometido crimes que ameaçam a ordem pública. Clara é a necessidade de um choque de administração nos quesitos da Cultura, Educação, Saúde, Economia, Segurança Pública entre outros. As desigualdades sociais devem ser combatidas, a Educação e a Cultura necessitam de uma atenção especial e com urgência, como também o sistema prisional.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A DESJUDICIALIZAÇÃO E OS ATOS DE INVENTÁRIO E USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAIS

RAFAELA PARPINELI DE OLIVEIRA

FÁBIO FERREIRA MORONG

O Poder Judiciário responde por uma lentidão na sua prestação jurisdicional, seja pela falta de estrutura ou funcionários em geral. Diante disso, foi consolidada a transferência de alguns atos judiciais como divórcio, inventário e usucapião para Serventias Extrajudiciais. O objetivo deste trabalho é compreender e demonstrar as consequências dessa transferência de competência do Poder Judiciário para a esfera administrativa, explicando a ideia da desjudicialização ou extrajudicialização, e apontando seu resultado, com enfoque especial para os atos de inventário e usucapião. O presente trabalho empregou pesquisas à legislação nacional, sites de órgãos Judiciários e Administrativos, pareceres, votos, portarias, provimentos e opiniões relevantes na matéria objeto de estudo, utilizando o método dedutivo para estruturar as informações obtidas. Conclui-se que as referidas mudanças proporcionaram certos benefícios tanto à população quanto ao próprio Poder Judiciário, contribuindo para a simplificação e desburocratização do sistema.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

LUCAS FERREIRA FURLAN

ALESSANDRO SEVERINO VALLÉR ZENNI

O artigo inicialmente traçou sucintas considerações quanto a predominância do regime representativo no âmbito dos Estados Modernos. Posteriormente elencou-se a existência do sufrágio universal e dos partidos políticos como principais características delineadoras do modelo representativo. Foram tecidas considerações quanto à forma de exercício do direito de voto, bem como quanto a necessidade do resguardo de mecanismos de participação direta como forma de assegurar-se uma maior qualidade de exercício do voto. Em relação aos partidos políticos foram feitas ponderações pertinentes quanto ao sistema pluripartidarista e sua aplicação na atualidade. Palavras-chave: democracia, partidos, representação e sufrágio.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A EFETIVIDADE NA FASE DE EXECUÇÃO TRABALHISTA ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA LEGITIMIDADE ATIVA PELO JUIZ

FERNANDA TEODORO DA SILVA
FRANCISLAINE DE ALMEIDA COIMBRA STRASSER

Pela nova roupagem constitucional, a lei deve se subordinar aos princípios constitucionais da justiça e aos direitos fundamentais, de modo que a tarefa do operador do direito deixa de ser simplesmente à subsunção à lei, para compreendê-la à luz da Constituição Federal e dos princípios. Pretende-se neste artigo abordar a aplicabilidade dos princípios, inclusive da inércia e da legitimidade processual na execução trabalhista, em especial, no que se refere à celeridade e efetividade no âmbito jurídico. A metodologia aplicada foi a dialética-dedutiva, com pesquisa bibliográfica, doutrina e jurisprudência. Isso porque após a sentença transitada em julgado, nada obsta ao magistrado em impulsionar à execução trabalhista de ofício, seja pela natureza alimentar dos créditos trabalhistas, seja pela condição de maior vulnerabilidade do trabalhador. Conclui-se, que o princípio da inércia jurisdicional deve ser relativizado permitindo a ampla legitimidade ex officio do juízo para a promoção da execução trabalhista.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A FEBRE AMARELA COMO JUSTIFICATIVA AO DESRESPEITO À VIDA E AOS DIREITOS DOS ANIMAIS
NÃO HUMANOS

KHETLEN E F MARINHO DOS SANTOS

FÁBIO FERREIRA MORONG

O recente surto da doença febre amarela do tipo silvestre, contribui à postura de autotutela por parte dos afetados que supõem que com a morte dos macacos, o contágio e o combate doença seriam solucionados. Entretanto, os símios, assim como os seres humanos, são vítimas da doença, que também pode matá-los. Por certo, não são agentes causadores, sendo o único transmissor o mosquito. O presente estudo pretende conscientizar os aplicadores do direito sobre o tema e desenvolver uma breve análise sobre o surto da doença e o aumento da matança de macacos. O método aplicado foi o dedutivo legal, baseado na interpretação da legislação, jurisprudências e doutrinas. Conclui-se que, por ser a referida doença infecciosa causada por um flavírus e ser transmitida em áreas florestais, principalmente pelo mosquito *Haemagogus*, os direitos dos macacos devem ser tutelados, eis que não são responsáveis diretos pelo contágio e, tais como os humanos, têm também o direito à vida.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOB O TRIBUNAL DO JÚRI

BARBARA MARIA DE OLIVEIRA VILELLA

THAINA ARCANJO DA COSTA SILVA

O presente artigo tem por objetivo analisar a forma como a rede midiática é utilizada nos dias atuais, e como a mesma controla as informações proliferadas à sociedade, e em especial, como tratado neste estudo, ao grande júri. Apesar de tratar-se de um assunto pouco comentado, é indiscutível o poder existente e a velocidade com que as mensagens são transmitidas por esse meio. No entanto, muitas das mensagens veiculadas pendem a ser tendenciosas, pois coletam alguns dados, que apesar de possuírem alguma verdade, estão incompletos, logo, não se pode formular uma opinião concreta e justa a respeito do assunto tratado. E após isto, os meios de difusão de informação, proliferam a sua própria verdade, tendo a como absoluta, e devido à força de alcance que obtém, esses fatos podem modificar a opinião das pessoas, fazendo com que as mesmas não se importem muito, e até mesmo desconsiderem outros fatos, apesar de serem concretos, e consistentes.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS NAS DECISÕES JUDICIAIS

SAMARA MONAYARI MAGALHÃES SILVA

ANDRESSA RANGEL DINALLO

ANA AUGUSTA RODRIGUES WESTIN EBAID

O presente trabalho tem como escopo realizar um exame da importância dos princípios na fundamentação à luz dos princípios constitucionais, o devido processo legal, contraditório, juiz natural e do Estado Democrático de Direito. Com isso, delimitou-se o conteúdo mínimo que uma decisão precisa comportar para ser considerada suficientemente motivada e legitimar a atividade jurisdicional, proporcionando uma tutela jurídica justa, efetiva, tempestiva e adequada. O objetivo deste estudo é apresentar a importância dos princípios como base para as decisões judiciais. O método utilizado foi o hipotético dedutivo, este parte de ideias gerais que são aceitas como satisfatórias e a partir disso, é deduzida uma série de suposições que logo se contrastam com os dados concretos da realidade. Este trabalho trata dos princípios norteadores do trâmite judiciário, onde se destaca a relevância dos mesmos na aplicabilidade para se obter uma prestação jurisdicional mais justa e eficiente.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A INTERDISCIPLINARIDADE DO DIREITO AMBIENTAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA:
PRESIDENTE VENCESLAU-SP.

LUCAS CESAR BONATO ROS
MARIA HELENA PEREIRA MIRANTE
FÁBIO FERREIRA MORONG

A temática sobre a interdisciplinaridade do Direito Ambiental no Pontal do Paranapanema: Presidente Venceslau-SP, em que tornou a centralização do capital nas porções de raros e de poucas pessoas, acarretando resultados cruéis na sociedade moderna. Esses resultados abordaram e apreendem a história social, provocando supressões, dessemelhança social e inferioridade econômica, a uma ampla quantia da população. O debate sobre a relevância do planejamento ambiental no município, é um tema seriamente intenso, ao mesmo tempo, carecido ao permanecer confrontando com um amplo impacto ambiental, que estende não simplesmente a região, mas sobretudo seus cidadãos. Nesse contexto, em que o planejamento ambiental é essencial, para que uma cidade se desenvolva adequadamente, de modo que sua economia e progresso, caminhem juntos, com a preocupação com o meio ambiente.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL REALIZADA PELO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM ANALOGIA
COM O SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS

WESLEY DA COSTA SANTOS

TAMILA ANTUNES DA COSTA

No presente trabalho, buscamos inicialmente expor de forma teórica as atividades explícitas da Polícia Judiciária, bem como, do Ministério público em composição com a Teoria dos Poderes Implícitos como fundamentação para posicionamentos doutrinários. Nossa intenção com tais informações foi a de realizar uma analogia direta com as investigações criminais que são arroladas por iniciativa do Ministério Público com o Sistema de Freios e Contrapesos, o qual foi e é elementar para a conceituação da tripartição dos poderes estatais. Assim, o vigente estudo ponderou-se em pesquisas bibliográficas, leituras e fichamentos, da mesma maneira que foi respaldado por procederes da jurisprudência brasileira acerca do assunto. Finalmente, apresentamos as imprecisões e contrariedades na interpretação da norma no âmbito investigatório.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A LEI ESTADUAL N. 1.320/2018 E O PROCEDIMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

MARCIO FRANÇA TEIXEIRA

CARLOS MARCEL GOTO

A lei complementar estadual n. 1.320/2018 instituiu no âmbito do Estado de São Paulo o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária, conhecido como "Nos Conformes". Essa lei define princípios de relacionamento entre contribuintes e o Estado de São Paulo, estabelecendo regras de conformidade tributária. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo verificar se essa lei complementar estadual se coaduna ou não com o procedimento administrativo de lançamento tributário. O método aplicado foi o dedutivo legal, analisando-se a legislação nacional e artigos sobre o tema. Como resultado desse estudo verificou-se que o procedimento tributário de lançamento em sua definição não se coaduna com a lei de conformidade. No entanto, realizando uma interpretação sistemática, é possível dizer que a lei de conformidade possui seus méritos, podendo conviver em harmonia com o procedimento de lançamento tributário.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO DE ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ANTECEDENTE NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

LUIS HENRIQUE RAMOS ALVES

FLAVIA CAROLINE MARSOLA

No Estado Democrático de Direito se busca a efetividade da jurisdição, a garantia do acesso à justiça e a possibilidade de se pleitear em juízo qualquer lesão ou ameaça a direito. As tutelas desempenham um papel muito importante, pois buscam a Efetividade da Jurisdição. Com isso o objetivo do presente estudo foi buscar uma resposta para a natureza jurídica da decisão de estabilização da tutela provisória. A metodologia foi desenvolvida através de um levantamento bibliográfico sobre as Tutelas Provisórias. Através das análises é possível concluir, que a tutela se estabiliza após os dois anos e ainda não se é certa de se definir o que seria essa decisão, o que é possível de se definir é que essa decisão de estabilização não faz Coisa Julgada Material e nem Coisa Julgada Formal, também não é possível Ação Rescisória.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A PENHORA JUDICIAL DE MOEDA VIRTUAL

ADRIANA BAKER GOVEIA ARAUJO

NYEDA YURI SANTOS KIYOTA DAN

É sabido que a tecnologia tem inovado diariamente o cotidiano da sociedade, a começar da transformação de simples aplicativos de aparelhos móveis até sua amplitude ao auferir a medicina e o judiciário. Não olvidando sua ingerência mais coeva, qual seja, a moeda virtual, a qual compreende especialmente o mundo financeiro e o meio forense. Desta feita, com tantas alterações ocorrendo na vida diária dos indivíduos é imprescindível que o ordenamento jurídico acompanhe este progresso tecnológico. Portanto, este estudo pretende abarcar a possibilidade de a penhora judicial recair sobre a moeda virtual durante a execução, realizando uma correlação entre o direito e a rede mundial de computadores. Assim sendo, este artigo foi embasado em levantamentos bibliográficos, leituras de leis e artigos eletrônicos, onde os elementos informativos foram examinados com a aplicação do método hipotético dedutivo.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A PERÍCIA AMBIENTAL COMO FATOR PREPONDERANTE PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO
AMBIENTE

ARIANE APARECIDA PELUCO

FÁBIO FERREIRA MORONG

CÉLIA DOS SANTOS SILVA

A interação entre o homem e o espaço promove alterações no meio ambiente que podem ser positivas ou negativas, porém ações desordenadas tanto urbanas como rurais vem causando impactos ambientais que fogem à capacidade da natureza de se autorrecuperar. Este trabalho objetivou, através de um estudo teórico-conceitual, correlacionar esses impactos ambientais que estão colocando em risco a saúde coletiva com a importância da perícia ambiental nas ações que visam garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assegurado através do Art. 225 da Constituição Federal. O método aplicado foi o dedutivo, a partir da análise dos dados apurados e consulta à legislação nacional. Conclui-se que a Perícia Ambiental tem elevada importância jurídica, não apenas fornecendo dados que baseiem uma responsabilização pelos danos causados, mas atuando diretamente a fim de garantir a preservação do meio ambiente.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A PERÍCIA FORENSE E A ANÁLISE DE VESTÍGIOS EM LOCAIS DE CRIME

LAILA CRISTINA RODRIGUES SILVA

FÁBIO FERREIRA MORONG

CÉLIA DOS SANTOS SILVA

A Perícia Forense é responsável por preservar e analisar os vestígios deixados em determinado local em razão de uma prática delituosa. É essencial, pois tais vestígios poderão ser os únicos elementos existentes para a solução do crime praticado, com a identificação do agente e os detalhes da execução de tal delito. Pretende-se demonstrar a importância da Perícia Forense na apuração e elucidação de crimes, analisando sua relevância e destacando a responsabilidade e atribuições inerentes aos profissionais responsáveis pela construção do laudo técnico-pericial, bem como discorrer acerca da preservação dos interesses maiores da coletividade, com a efetiva resolução dos crimes, impedindo a impunidade. O método aplicado foi o dedutivo legal com a análise da doutrina, legislação nacional e jurisprudência pertinente ao tema. Conclui-se que a concretização da perícia forense proporciona subsídios para um julgamento justo, garantindo, assim, a justiça, paz e a ordem social.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A REFORMA TRABALHISTA, COM FOCO NO PRINCÍPIO DA SUBORDINAÇÃO, DA BOA-FÉ E DA PROTEÇÃO.

LUIS HENRIQUE RAMOS ALVES

ALAN RODRIGO BICALHO

A Reforma Trabalhista promulgada em 2017 trouxe inúmeras mudanças na legislação trabalhista que vigia na época. Entre as mudanças há a possibilidade de negociações entre empresas e sindicatos ou empregados. Estas negociações possuem um peso maior comparado com a regra anterior, permitindo até mesmo que esses acordos sobreponham ao legislado. Com isso é possível concluir, que tais negociações poderão não ter uma total eficácia, visto que temos partes desproporcionais dentro da relação de trabalho não sendo possível empregador negociar com empregado por conta da Subordinação. Além disso as partes colocarão seu interesse pessoal acima de tudo, agindo sem ética e, a proteção do empregado fica por fora.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

A TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA E O SISTEMA DE PRECEDENTES NO DIREITO BRASILEIRO

GABRIEL APARECIDO BASTOS ALMEIDA

O advento do Estado social ocasionou o surgimento de direitos de natureza coletiva e conflitos de massa que tornaram necessária a criação de mecanismos de tutela coletiva, ante a incapacidade do processo clássico em promover a adequada tutela desses litígios. Buscando resolver essa situação, foi criado um microssistema de tutela coletiva com o objetivo de proteger direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Todavia, esse sistema revelou-se incapaz de resolver o excessivo número de demandas que abarrotam o Judiciário, tornando necessária a constituição de um sistema de precedentes vinculantes, que conferisse maior coerência e estabilidade jurisprudencial. Diante desse contexto, o presente estudo teve por objetivo analisar o sistema brasileiro de tutela coletiva, através do exame das ações coletivas e dos incidentes processuais de resolução de lides repetitivas que integram o sistema de precedentes brasileiro. A metodologia seguiu o método dedutivo, com emprego de pesquisa doutrinária e legal acerca do tema pesquisado.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

LUCAS WHITAKER PIAI

SERGIO MASTELLINI

Com a tendência de valorização dos direitos humanos, a garantia da ampla defesa em relação à liberdade probatória é discutida. O objetivo deste trabalho é induzir o questionamento acerca da admissão ou não das provas ilícitas no direito processual penal brasileiro, refletindo sobre em quais contextos poderiam ser utilizadas e em benefício de qual parte, na persecução penal. Ainda, compreender os fundamentos que justificam cada ponto de vista doutrinário, visualizando-se suas implicações no plano concreto. Neste sentido, houve a apreciação do tema por meio de observação da discussão doutrinária e jurisprudencial, a fim de se entender a abordagem atual dos operadores do Direito. Por fim, verifica-se crescente discussão entre os estudiosos do processo penal sobre a polêmica acerca de seu aproveitamento, sendo significativa a manifestação favorável à utilização de provas ilícitas pela defesa, em nome de uma maior realização da ampla defesa e do contraditório.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

ADOÇÃO INTERNACIONAL E SEUS PROCEDIMENTOS

BIANCA STEPHANIE CITA
RICARDO GABRIEL DE ARAÚJO

O presente artigo visa a conceituar e explicar os procedimentos da Adoção Internacional, trazendo os importantes pontos dessa modalidade de adoção. A metodologia constou de pesquisas bibliográficas, resultante de leitura e análise de leis, tratados e artigos eletrônicos. Os dados obtidos foram analisados utilizando-se do método hipotético dedutivo. Os resultados são satisfatório nos casos em que a adoção nacional não se torna possível, beneficiando o menor que não tenha possibilidade de ingressar em uma nova família em seu país de origem. Concluímos que, este tipo de adoção se faz importante, pois é através dele que o menor obtém oportunidade de crescer em um ambiente familiar sadio. Por fim, visa-se divulgar esta modalidade de adoção, pois ainda que se tenha regulamentação sobre o tema se demonstra pouco divulgado no âmbito universitário, familiar e coletivo.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Sociais Aplicadas
Direito

Comunicação oral

ALIENAÇÃO PARENTAL

THAINA ARCANJO DA COSTA SILVA
BARBARA MARIA DE OLIVEIRA VILELLA

O presente artigo tem por objetivo analisar a alienação parental, como um todo, desde sua formação, à ocorrência e as consequências geradas pela sua prática. Apesar de ser um tema recente na pauta de discussão brasileira social e jurídica, regulamentada pela Lei nº 12.318/2010, já é algo que ocorre a anos, o que o torna um assunto tão polêmico e complexo, pois envolve questões sociais e familiares, dentre elas a separação não amigável dos genitores, afetando principalmente o menor, de certa forma, indefeso, causando-lhe prejuízos físicos e mentais, como abordados posteriormente. Constata-se neste estudo, também, casos concretos jurisprudenciais e conceitos bibliográficos.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

ANÁLISE SUSCINTA SOBRE A TENTATIVA NO FURTO PRIVILEGIADO

RAQUEL DO PRADO PAULA
MARCIA LUCCHINO FERREIRA
FÁBIO FERREIRA MORONG
LUCIANA CLAUDIA SILVA LIMA

O presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo acerca do cabimento da tentativa no delito de furto privilegiado previsto no § 2º do artigo 155 do código penal. O método aplicado foi o dedutivo legal, baseado na interpretação de jurisprudências, Constituição, legislação, teorias, e doutrinas semelhantes. Conclui-se que, de fato não existem escritos detalhados sobre a possibilidade, porém a jurisprudência tem reconhecido à tentativa nos crimes de furto privilegiado, o que embasa o estudo à luz de um prisma jurisprudencial.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

APLICAÇÃO DO CRAM DOWN NO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO

Cristiane Akemi Perigolo Tsujiguchi
JOÃO PAULO ANGELO VASCONCELOS

O presente artigo teve como objetivo demonstrar o poder do juiz e os requisitos de aplicação do instituto do cram down, originariamente norte-americano e adaptado ao direito brasileiro. O tema foi introduzido com a possibilidade de uma empresa enfrentar uma crise e se utilizar do processo de recuperação judicial para retomar o exercício regular da atividade econômica explorada. A partir do processo de recuperação judicial, foi abordado o instituto do cram down, que pode ser encontrado na fase deliberativa do referido processo e que tem sido objeto de discussões doutrinárias e de formação de jurisprudências acerca do tema no Brasil. Foram apresentadas as características do instituto em sua forma originária e na adaptada no ordenamento jurídico brasileiro e analisada a sua aplicação relativizada pelos princípios do direito recuperacional. Palavras-chave: Recuperação judicial de empresas. Cram down. Direito norte-americano. Abuso de credores. Poder do juiz.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

APONTAMENTOS SOBRE OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO NCPC 2015

OLIVIE SAMUEL PAIÃO
MURILO TEIXEIRA RAINHO

Este trabalho traz apontamentos sobre os negócios jurídicos processuais, bem como a relevância jurídica que ganharam com a inserção e vigência no Novo Código de Processo Civil de 2015. Abordou-se a conceituação dos negócios jurídicos processuais, em síntese, que se trata da possibilidade das partes convencionarem o que melhor as prouver no tocante às matérias de ordem processuais. Corrobora, também, tal negociação para os deslindes processuais de forma célere, buscando uma solução consensual de conflitos sem a intervenção total do judiciário, evitando-se, inclusive, a formação de um processo de conhecimento. Assim, após a introdução, abordar-se-á o instituto de forma mais aprofundada, na parte da discussão, apontando a nova roupagem no processo civil, qual seja, diminuir as demandas no judiciário. Por fim, conclui-se o trabalho demonstrando as inovações trazidas pelo NCPC no tocante ao negócio jurídico processual, bem como a importância do presente artigo.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

AS NOVAS MODALIDADES DE CRIMES CIBERNÉTICOS: O CYBERBULLYING, VINGANÇA
PORNOGRÁFICA E A INTERNET PROFUNDA (DEEP WEB)

HUGO STEPHANO RUFINO BELEZZI

O presente artigo abordará as novas modalidades de crimes cibernéticos como o cyberbullying, a vingança pornográfica e a internet profunda conhecida como deep web trazendo seus conceitos e definições em face ao ordenamento jurídico na atualidade, a legislação infraconstitucional que trata dos crimes cibernéticos em conjunto com esses novos tipos, trazendo inserções e alterações na legislação em vigência, os tipos de crimes mais comuns na atualidade cometidos pela internet em referência a um crescimento considerável dos casos do tipo, onde se levará em conta a necessidade de estabelecer uma adequação na legislação de forma mais específica e aplicada para coibir os criminosos que utilizam deste meio, com o intuito de trazer uma maior segurança jurídica para quem utiliza da rede mundial de computadores

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

ASPECTOS JURÍDICOS DO HOMICÍDIO CAUSADO POR EMBRIAGUEZ AO VOLANTE

PEDRO VICTOR DE SOUZA PAVEZI

AIRTON ROBERTO GUELFI

O presente artigo visa mostrar os aspectos jurídicos de homicídio causado por embriaguez ao volante, trazendo julgados, leis e entendimento doutrinário ao respectivo assunto. Atualmente, observa-se que, o judiciário brasileiro tem dois aspectos diferentes para crime de homicídio causado por embriaguez ao volante, sendo o primeiro aspecto de homicídio culposo, disposto no caput do artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro. Por outro lado, visa-se o homicídio doloso, este grafado no artigo 121 do Código Penal, considerando-se como dolo eventual, ou seja, o autor assume o risco e segue na execução do inter criminis, tendo como pena mais severa que a do artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro. Por fim, o mero trabalho trás decisões de tribunais superiores brasileiros, também aborda as decisões majoritárias e minoritárias, e a que vem mais se aplicando nas decisões finais.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

ATAQUE DE CACHORRO ESTADO DE NECESSIDADE OU LEGITIMA DEFESA?

DÉBORA APARECIDA MAFRA MORAS

DANIELLE YURIE MOURA DA SILVA

Trata o presente artigo científico de um estudo acerca dos institutos de estado de necessidade e legítima defesa, previsto no pátrio ordenamento jurídico, no Código Penal brasileiro, como causa excludente de ilicitude. E, neste sentido, o Estado que não tem condição de estar presente em todas as ocasiões garante à vítima o direito de evadir-se ou, até mesmo, de se defender da agressão. Contudo algumas situações podem caracterizar um conflito aparente de normas, dificultando o enquadramento do instituto correto no fato. Um desses casos é o ataque de cachorro, tornando o tema estado de necessidade e legítima defesa essencial. O método aplicado foi o dedutivo legal, baseado na interpretação da legislação, jurisprudências e doutrinas. Conclui-se que o ataque de um animal irracional pode ser caracterizado como estado de necessidade ou legítima defesa, o qual dependerá do reconhecimento da ação humana ou não, análise que deverá ser realizada no caso concreto.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

ATIVISMO JUDICIAL E A SEPARAÇÃO DOS PODERES NO SÉCULO XXI: EXORBITAÇÃO DA FUNÇÃO ATÍPICA DO PODER JUDICIÁRIO.

LUIS HENRIQUE RAMOS ALVES
SHIRLEY OLIVEIRA LIMA NOMURA

A separação dos poderes é um princípio geral do direito Constitucional Brasileiro prescrito no artigo 2º da Constituição Federal seguindo o modelo idealizado por Montesquieu, Executivo, Legislativo e Judiciário, cada um dos poderes possui suas respectivas características e possui também suas funções típicas e atípicas. No sistema de separação dos poderes há uma Teoria chamada de Sistema de Freios e Contrapesos, onde controla a divisão dos poderes e garante que cada um atue dentro de sua respectiva esfera de competência. Com o passar do tempo dentro do cenário Brasileiro vem surgindo o chamado Ativismo Judicial, um fenômeno que nasce quando o poder judiciário passa a intervir de maneira proativa na esfera de competência dos outros poderes. Com isso o presente artigo busca mostrar o ativismo judicial, com foco na exorbitação da função atípica do poder judiciário e como que esse ativismo judicial é desencadeado dentro do sistema de separação dos poderes.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

AUDIÊNCIA DE CUSTODIA E SEUS REFLEXOS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

VITÓRIA CELESTE DIAS OLIVEIRA GOMES

A audiência de custódia caracteriza-se pelo objetivo primordial de garantir contato pessoal da pessoa presa com o juiz após sua prisão em flagrante. A implantação surgiu da reprodução existente em tratados internacionais, como o Pacto de San José da Costa Rica, objetivando os direitos humanos dos presos. Conduzindo-se tal audiência pelos princípios Da Verdade Real, Garantia da Ampla Defesa, Presunção de Inocência, Dignidade da Pessoa Humana. Assim, esse trabalho utiliza-se do método dedutivo legal, baseando-se na interpretação de doutrinas, legislação e livros sobre o tema abordado, composta de uma análise de modo geral. Diante de vários reflexos, conclui-se que o tema apresentado influi com grande ajuda na redução da superlotação no sistema carcerário, em gastos com a custódia dos presos, bem como na ajuda ao sistema prisional, no estímulo de outras medidas alternativas cabíveis ao recolhimento dos presos, dentre outras destacadas posteriormente.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

BREVES COMENTARIOS A RESPEITO DOS IMPACTOS NORMATIVOS DA LEI 13.546/2017 -
HOMICÍDIO CULPOSO

JOSE VITOR DE ARAUJO BIAGI
MARCIA LUCCHINO FERREIRA
LUCIANA CLAUDIA SILVA LIMA
FÁBIO FERREIRA MORONG

O presente trabalho tem por objetivo compreender as modificações legais incluídas no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei Federal n. 13.546 de dezembro de 2017, especificamente ao Código de Trânsito Brasileiro, regulado pela Lei Federal nº 9.053/1997. O estudo originou-se pelo anseio de analisar os possíveis impactos decorrentes da inclusão da forma qualificada ao crime de Homicídio Culposo na Condução de Veículo Automotor, sendo tal qualificadora decorrente da ingestão de álcool ou substâncias análogas, nos termos do §3º do Artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro. O método aplicado foi o dedutivo legal com a análise da doutrina, legislação nacional e jurisprudência pertinente ao tema. Conclui-se que, ainda que mais severa a pena cominada a estes infratores, é possível existir uma sensação de impunidade a ser experimentada pela sociedade, sendo que, observadas as particularidades do ordenamento jurídico, dificilmente o condutor infrator, salvo casos de reincidência, cumprirá a pena em regime inicial fechado.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DA LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL À LUZ DO NOVO DECRETO Nº 9.178
DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

INGRID PERATELLI DOS SANTOS

FÁBIO FERREIRA MORONG

EDER CANZIANI

Em âmbito da Administração Pública, que também possui o dever de preservar o meio ambiente e buscar a sustentabilidade, a Licitação Sustentável é um importante instrumento capaz de promover o desenvolvimento sustentável por meio de compras de bens ou serviços ambientalmente viáveis. O objetivo desse trabalho é realizar um breve estudo sobre as principais leis e normativas que tratam da referida licitação, especialmente a Lei Federal nº. 12.349/2010 e o último decreto nº 9.178/2017, que tentam regulamentar o assunto na Lei nº 8666/93. O método utilizado foi o dedutivo legal, aplicando-se a interpretação da legislação e doutrina. Concluiu-se que o último decreto, apesar de ainda existir a necessidade de avanços, atribuiu maior clareza e simplicidade à legislação específica, ampliou alguns conceitos que melhoraram o aspecto de proteção e preservação ambiental, e alterou questões de competência institucional visando alcançar maior celeridade e eficiência na gestão e implementação dos princípios ambientais nos processos de licitação.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DE DIREITO NA MODERNIDADE LÍQUIDA E AS LEIS DE EMERGÊNCIA.

GEAN CLAUDIO ARAUJO

A pós modernidade trouxe certa efemeridade à sociedade com mudanças valorativas constantes, inclusive na esfera penal. O presente estudo objetivou analisar como essas mudanças afetam o Direito Penal. O trabalho foi embasado em levantamento bibliográfico, com leituras de leis, doutrinas e artigos eletrônicos. Os dados foram examinados com a aplicação do método hipotético dedutivo. Costatou-se que frente a crimes que causam grande comoção popular, o Estado busca criar leis emergenciais como resposta à transpassar sensação de se estar coibindo a criminalidade e garantindo-se a segurança de todos, v.g., projeto de lei 5452/2016 (Brasil, 2016), versando sobre crime de estupro. O resultado da análise de proposta legislativa elaboradas nessas situações foi a constatação de sua ilegitimidade, ilegalidade e ineficácia. São medidas ilusórias. Concluiu-se que se utiliza o Direito Penal (a ultima "ratio") como um simples instrumento de resposta política à sociedade, desvirtuando-o da sua real função, num Estado de Direito.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

CONFLITO ENTRE AS NOVAS DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS TRABALHISTA DO PAGAMENTO DE
HONORÁRIOS PERICIAIS E VERBAS SUCUMBENCIAIS E O ACESSO À JUSTIÇA

CLEYTON HELENO PEREIRA DA SILVA
FRANCISLAINE DE ALMEIDA COIMBRA STRASSER

A presente pesquisa tem por finalidade refletir sobre a responsabilização do pagamento de honorários periciais e verbas sucumbenciais aplicáveis aos trabalhadores beneficiários da justiça gratuita, e a violação dos princípios constitucionais, notadamente o do acesso à justiça. Isso porque nessas restrições impostas pelos novos artigos trazidos com a Lei nº 13467/2017, que entrou em vigor em novembro de 2017 pode conter em si a aniquilação do único caminho que dispõem esses cidadãos de verem garantidos seus direitos sociais trabalhistas, cujo tema está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal através da ADI 5766. Enfocou-se que ao restringir o acesso à justiça, além de onerar de forma inconstitucional os processos trabalhistas, se almeja uma resposta da Corte Superior no sentido de trazer uma interpretação conforme para aparar as arestas trazidas pela reforma trabalhista ou mais conhecida como "deforma trabalhista".

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO E O SENADO FEDERAL: LETRA MORTA NA
CONSTITUIÇÃO OU INCONSTITUCIONALIDADE DAS SÚMULAS VINCULANTES?.

JESSICA FERNANDA ALVES CAVALCANTE

LUIS HENRIQUE RAMOS ALVES

MYLLENA SILVA

SHIRLEY OLIVEIRA LIMA NOMURA

Para garantir sua supremacia hierárquica no ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal, possui o chamado Controle de Constitucionalidade, tal instituto possui várias modalidades, de modo que, vamos dissertar a respeito do Controle Difuso exercido pelo STF e a regra estabelecida pelo artigo 52, X, da CF, que aduz que compete ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Entretanto esse dispositivo da Constituição vem sendo considerado, por juristas e doutrinadores, como uma "letra morta", visto que a EC nº 45/04 instituiu as súmulas vinculantes no artigo 103-A, que vem substituindo referida regra, estabelecendo que o STF poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula. Diante disso fica a dúvida: a Súmula é constitucional e a competência do Senado é letra morta ou a Súmula é Inconstitucional?

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PAULISTA: BREVE ANÁLISE ACERCA DO DECRETO ESTADUAL Nº 63.456
DE 5 DE JUNHO DE 2018

BEATRIZ REZENDE PEREIRA SOUZA

LETICIA RODRIGUES BIASSOTI

FÁBIO FERREIRA MORONG

O objetivo do presente artigo é verificar a aplicabilidade do decreto nº 63.456 de 2018 à luz da Lei nº 12.780 de 2007, por meio da comparação das normas mediante um breve estudo quanto a sua vigência em meio à sociedade, para observar a abrangência do mencionado decreto em virtude da lei anteriormente criada, mas até então não regulamentada, que a partir de agora produzirá seus efeitos jurídicos. Aplicou-se o método dedutivo para sistematizar os dados coletados e consultas à legislação nacional, estadual, doutrinas e artigos científicos. Conclui-se que, embora ainda exista uma carência normativa no que tange a própria visualização da aplicação prática dos artigos deste instrumento legal, inegável é a sua importância e evolução no que diz respeito à implementação da educação ambiental de nível estadual.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

DA LESÃO CORPORAL CULPOSA NA CONDUÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR E A LEI FEDERAL Nº
13.546/2017

JOSE VITOR DE ARAUJO BIAGI

FÁBIO FERREIRA MORONG

MARCIA LUCCHINO FERREIRA

LUCIANA CLAUDIA SILVA LIMA

O artigo busca a compreensão das alterações legais inseridas no Código de Trânsito Brasileiro através da Lei Federal nº 13.546 de 2017, a qual incluiu a forma qualificada ao crime de Lesão Corporal Culposa praticado na condução de veículo automotor, dando-se pela ingestão de álcool ou outra substância psicoativa que cause dependência. Pretende-se compreender os possíveis impactos da forma qualificada ao crime descrito, tipificado no §2º do artigo 303 do citado Código, bem como a eficácia coerciva aplicada ao ato e a execução das possíveis penas impostas ao condutor infrator. O método aplicado no desenvolvimento deste referido estudo foi o dedutivo legal, fundando-se na análise doutrinária, na legislação nacional e na jurisprudência pertinente. Conclui-se que está evidente que a sociedade poderá experimentar uma sensação de impunidade, eis que, em que pese a legislação tenha agravado a pena aos condutores infratores, o seu cumprimento em regime fechado encontra, como visto, óbices de natureza jurídica, excetuando-se em casos de reincidência e regressão.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO COMERCIANTE PELO DEFEITO DO PRODUTO OU SERVIÇO À LUZ
DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

TAINARA ANDREA DE SOUZA
FÁBIO FERREIRA MORONG
MARIA HELENA PEREIRA MIRANTE

Diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano por consumidores, que são considerados hipossuficientes/vulneráveis nas relações consumeristas, o presente trabalho busca apresentar e compreender, à luz do Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade do comerciante quando os produtos ou serviços por ele comercializados ou prestados apresentam defeitos. O trabalho também compreende a análise geral da responsabilidade objetiva e não solidária do comerciante diante do fornecedor e seus efeitos jurídicos junto ao consumidor. O método utilizado foi o dedutivo legal, aplicando-se a interpretação da legislação e doutrina. Conclui-se que a informação adequada sobre a responsabilidade do comerciante pode aclarar dúvidas e facilitar o exercício de direitos por parte do consumidor.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

DA UTILIZAÇÃO DAS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO PENAL

BEATRIZ REZENDE PEREIRA SOUZA
EDUARDO BUZETTI EUSTACHIO BEZERRO
FÁBIO FERREIRA MORONG

O presente artigo tem por objetivo, discutir o embate existente entre a vedação da utilização das provas ilícitas, inicialmente descrita no art. 5º, LVI da Carta Magna, também através do art.157, caput, do Código de Processo Penal, e entre o princípio da proporcionalidade, que embora haja sua existência e defesas em massa quanto sua utilização, ainda há controvérsias e resistência em sua aplicação no atual ordenamento. Ademais, o estudo visa o entendimento da possibilidade e meios de aplicação de tal princípio, a fim de que haja uma flexibilização da norma para com a realidade social. O método utilizado foi o indutivo legal, baseado na interpretação da Constituição Federal, legislação, pesquisa bibliográfica fundamentada em leitura de literatura jurídica e artigo científico. Conclui-se que a utilização do princípio da proporcionalidade, em consonância com a atual realidade social, propiciará uma busca justa e eficaz da verdade real, havendo equidade nas conclusões processuais.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

DESDOBRAMENTOS SOCIOCULTURAIS DA MIGRAÇÃO E MISCIGENAÇÃO

KARINA BORNIA PEDROSO GOMES

CÉLIA DOS SANTOS SILVA

FÁBIO FERREIRA MORONG

É sabido que o mundo chegou à configuração atual de pessoas, países e culturas através de séculos de migrações e subsequente miscigenação. Em quase todos os continentes, o que se entende por "cultura" é fruto da contribuição dos diversos povos que ali se estabeleceram, seja em decorrência de fluxos migratórios voluntários, colonização imperialista ou regimes escravocratas. No entanto, o que deveria ser considerado algo positivo e enriquecedor, dá base para todo tipo de preconceito e exclusão. Através de pesquisas científicas e análise crítica dos fatos, o presente artigo visa analisar os porquês dessas violências e o que está sendo feito e ainda se pode fazer para combatê-las. Tais análises permitiram inferir que, a despeito da existência de mecanismos legais para coibir o preconceito, a intolerância e a discriminação, ainda convivemos com eles, sendo necessária uma intervenção mais incisiva do Estado no campo das ideias e da educação, que devem ser voltadas para o respeito ao próximo e aos direitos humanos.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO: A RESPONSABILIDADE DAS
EMPRESAS NA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

LARISSA APARECIDA COSTA
MATHEUS AVANSINI DA SILVA

Frente a importância do trabalho para a manutenção de padrões mínimos de qualidade de vida e o papel central que ocupa nas sociedades modernas, o mesmo não pode excluir do mercado de trabalho indivíduos taxados como inaptos, e em grande medida dos mais variados contextos sociais. O presente estudo tem como objetivo analisar o alcance da efetividade da valorização do trabalho humano por meio da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, vislumbrando o eSocial como importante instrumento de fiscalização do cumprimento da Lei 8.213/1991. Estabelecer, a partir da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil e da ordem econômica, responsabilidade as empresas na inclusão da pessoa com deficiência, legitimando inclusive mecanismos de responsabilização, resulta da imprescindibilidade em conceder a máxima efetividade aos direitos fundamentais, processo este que inclui o direito ao trabalho, enquanto condição sine qua non à conquista da plena cidadania.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Sociais Aplicadas
Direito

Comunicação oral

DIREITO A NACIONALIDADE

JONATHAN MAYER ARAUJO BARBOZA
SHIRLEY OLIVEIRA LIMA NOMURA

Este presente trabalho visa demonstrar o direito de nacionalidade. Demonstrando os processos de adquirir a nacionalidade, como brasileiro nato ou por pretensão em mais de uma nacionalidade. O presente trabalho foi embasado em bibliografia e efetuado leituras a constituição. Os dados foram examinados com método hipotético dedutivo, isto e, analisadas do geral ao particular.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

DIREITO E A HISTÓRIA DA VINGANÇA DIVINA, PRIVADA E PUBLICA

ISMAEL DE OLIVEIRA ASSIS

O presente estudo tem por objetivo, analisar o Direito nas suas fases de vingança e os resultados de sua adoção. Para compreender melhor o tema proposto, foi fornecido leve base introdutória do Direito. O trabalho também trata de inculir no estudioso do Direito, ou nos estudiosos leigos sobre o assunto os conhecimentos sobre esse período, com auxílio de pertinentes doutrinas da área jurídica e até mesmo, com a base de conhecimentos variados. As fases da vingança do Direito Penal foram amplamente aceitas ao seu tempo e representaram a depender do caso grandes inovações. Contudo seu caráter religioso, autoritário e suas sanções que violaram os Direitos mais básicos do homem, significaram um grande risco e perigo para o desenvolvimento sadio da sociedade.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Sociais Aplicadas
Direito

Comunicação oral

DIREITO TRIBUTÁRIO: AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS

ANDREAS GABRIEL FERREIRA MIRANDA

A repetição de indébitos surge na ordem tributária na seção do Código Tributário Nacional que trata sobre os pagamentos indevidos, sendo assim entende-se a repetição como pagamento duplo do tributo, sendo assim, a ordem jurídica concede ao tributado o direito de reaver o que foi pago a mais, defendido na esfera cível, a repetição de indébitos e tema bastante discutido na orbita do Direito Tributário, sendo cercado de normas e dificuldades para seu entendimento.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

DO DEVER DE FUNDAMENTAR AS DECISÕES JUDICIAIS SOB O PRISMA CONSTITUCIONAL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

LUANA AMARAL ASSUNÇÃO CORREA
NAYARA MARIA SILVÉRIO DA COSTA DALLEFI OLIVEIRA

O dever de fundamentar as decisões judiciais está previsto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, de modo que o julgador deverá demonstrar as razões que o levaram a prolatar determinada decisão. Assim, o presente estudo tem o intuito de abordar a necessidade de fundamentação das decisões judiciais, exigência já então consagrada na Carta Magna, que com o novo código de processo civil, reafirmar ainda mais tal prerrogativa em nome da segurança jurídica. A partir de pesquisas bibliográficas, pode-se concluir que a necessidade de fundamentação das decisões judiciais, com previsão também na legislação infraconstitucional, vislumbra-se como um dos mecanismos para garantia da segurança jurídica, de maneira que oferece mais previsibilidade, racionalidade e qualidade de julgados.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Sociais Aplicadas
Direito

Comunicação oral

DO LITISCONSÓRCIO: BASES FUNDAMENTAIS PARA ENTENDIMENTO DO MECANISMO

ANDREAS GABRIEL FERREIRA MIRANDA

O litisconsórcio é baseado na existência de três ou mais sujeitos na relação processual, sendo mais de um autor, ou réu, não ficando o litisconsórcio restrito apenas as relações processuais, sendo cabível tanto em incidentes processuais, nos casos de conflito de competência e, até mesmo, em recursos, há varias possibilidades de formação litisconsorciais podendo ser: necessário, unitário, passivo, ativo, misto, facultativo não esquecendo da possibilidade de intervenção "iussu iudicis". O mecanismo do litisconsórcio traz mais celeridade as ações judiciais, tornando causas que poderiam ser de grande morosidade ao sistema de adjudicação, mais rapidez e eficiência em suas resoluções, tornando o princípio da celeridade processual mais eficiente, além de desatolar o sistema judiciário.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

DO RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DE PATERNIDADE OU MATERNIDADE SOCIOAFETIVA NA
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

GIOVANA BRESQUI ANDRADE

GIOVANA YUKI TRUKITI

ANA AUGUSTA RODRIGUES WESTIN EBAID

O conceito de família vem sofrendo inúmeras mudanças e ampliações em seu campo de entendimento, sendo atualmente considerado um local onde se constrói os valores mais importantes, e devido a essas constantes mudanças surgiram o Direito Multiparental, que é mais uma forma de acolher as diversas formas de unidades familiares atuais. No presente trabalho tem a finalidade de analisar seu novo conceito e a filiação multiparental, que vem sendo amplamente debatido e aplicado de forma mais recorrente no Direito de Família, através de uma ampla pesquisa jurídica, jurisprudencial e doutrinária, analisamos a filiação multiparental e seus julgados, de forma a explicar todas as teses e conceitos dados a tal direito. A metodologia constou de levantamento bibliográfico e os dados foram examinados com a aplicação do método hipotético-dedutivo. A principal mudança estudada e debatida foi nas Certidões de Nascimento, onde agora é possível efetuar a melhor satisfação da criança ao obter o nome de dois pais ou duas mães, pois leva em consideração a criação e não apenas a genética, deixando de lado os laços biológicos e satisfazendo a afetividade.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA ERA DIGITAL: A ANÁLISE DO OBJETO EDUCACIONAL "JOGO DO ORÇAMENTO"

CRISTIÉLE PICOLO VISONÁ
LETICIA RODRIGUES BIASSOTI
LUIS HENRIQUE RAMOS ALVES
JESSICA FERNANDA ALVES CAVALCANTE
SARAH CAROLINA COLORADO BORGES
MYLLENA SILVA
RAQUEL ROSAN CHRISTINO GITAHY

O presente trabalho teve como objetivo analisar o objeto educacional "jogo do orçamento", obtido por meio de um levantamento de recursos de tecnologia digital de informação e comunicação que estivessem disponíveis gratuitamente em repositórios que instiguem a reflexão a respeito do tema Educação em Direitos Humanos. A obtenção de tal objeto foi no banco internacional de objetos educacionais. A análise do recurso foi feita a partir de algumas diretrizes dos Direitos Humanos, inspirados na resolução nº 1, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Observou-se que o objeto educacional "Jogo do orçamento" evidencia as diretrizes constantes na resolução nº 1, podendo ser usado como ferramenta de reflexão dos Direitos Humanos.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

EUTANÁSIA: DIREITO A UMA MORTE DIGNA

MYLENA ALVES TAVARES

TATIANE NEVES BENITES

A proposta apresentada neste projeto vai ao encontro do respeito à vida humana e as diretrizes que ela abrange, uma vez que não basta estar vivo sem se sentir efetivamente vivo. O "direito a uma morte digna" pode ser extraído do próprio princípio da dignidade da pessoa humana, pois eventual prolongamento artificial da vida pode atentar contra sua dignidade, enquanto sujeito de direito, nos termos constitucionais. Busca-se despertar a atenção para a importância da utilização destas informações para melhorar procedimentos e produzir novos saberes, na área da saúde e prisma acadêmico, com vistas a serem aplicados no interesse da sociedade. Neste enfoque, este trabalho irá visar pautar as consequências dos efeitos da aplicação legalizada da eutanásia, abordando questões biológicas, objetivas, e claro as divergências subjetivas do tema, como no âmbito da filosofia, moral, religião, entre outros desmembramentos, uma vez, que trata-se de um assunto que transcende uma única visão padronizada.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

EVENTUAIS REFLEXOS JURÍDICOS INCIDENTES DO NAMORO QUALIFICADO SOBRE O BENEFÍCIO
PREVIDENCIÁRIO PENSÃO POR MORTE

ARTHUR LEONARDO SILVA MORAIS

O presente trabalho buscou de forma clara e sucinta analisar uma recente espécie de relacionamento afetivo, que ficou conhecido pelo termo namoro qualificado, avaliando se os namorados neste caso podem ser considerados dependentes previdenciários, e, portanto, titulares do benefício previdenciário pensão por morte. A metodologia utilizada foi a pesquisa em bibliografias, doutrinas, jurisprudências e análise do texto de lei. O que permitiu concluir que a espécie de namoro não faz incidir efeitos jurídicos dentro os participantes, não vinculando patrimonialmente as partes, afastando-se assim, a possibilidade de um ou outro, ser titular do benefício previdenciário. Palavras-chave: Namoro qualificado. Pensão por morte. União-estável. Benefício previdenciário. Intuitu familiae.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Sociais Aplicadas
Direito

Comunicação oral

FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL DO ARTIGO 489, §1º NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:
O PAPEL DA MAGISTRATURA NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO

REGINALDO SOUZA NOVAES

Neste estudo procurou-se uma sistemática interpretação jurídica, via análise do instituto da fundamentação/motivação, com foco na interpretação do artigo 489, §1 do novo Código de Processo Civil (NCPC); são trazidos argumentos de o como é e/ou pode/deve ser elaborada uma fundamentação/motivação judicial (pelos magistrados), diante da sua importância no direito. Dentro do objeto em estudo da fundamentação das decisões judiciais, buscou-se participar da discussão que permeia esse tão importante instituto jurídico, que teve peso inflado pela vigência do novo Código de Processo Civil, para alcance de uma completa decisão jurídica, com foco no estudo do papel do juiz na construção do direito.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

GUARDA COMPARTILHADA: A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DOS PAIS COMO UM PROPÓSITO DE RESPONSABILIDADE DE AMBOS OS GENITORES.

FERNANDA MARIA LACERDA OLIVEIRA

RAFAEL CORREIA CLARO

O estudo aqui demonstrado tem o propósito de fazer uma breve análise acerca de um acontecimento comum na sociedade moderna, tal fato se caracteriza após a dissolução da esfera familiar, que ocasionará a necessidade de estabelecer a guarda do filho menor, podendo ser compartilhada entre os pais. Atualmente a dissolução do casamento vem sendo um fato bastante recorrente entre os casais em todo o mundo, desentendimentos, falta de compatibilidade de opiniões, traições, ou seja, são inúmeros os motivos que fazem o casal a dissolver o casamento, caso que, poderá haver um consenso entre os cônjuges ou ainda por vontade de apenas um.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

HOLDING FAMILIAR

BRUNO GABRIEL DASSIE BAPTISTA
JOÃO PAULO ANGELO VASCONCELOS

Este trabalho teve por objetivo avaliar, à luz da doutrina jurídica, como uma holding familiar influencia os rumos de um processo divisão de cotas em empresas como forma de antecipação e segurança hereditária. Por questões metodológicas, este estudo vai se debruçar sobre o setor jurídico brasileiro, que desde a década de setenta tem percebido um crescente número de criação de holdings familiares pelos aspectos que serão mostrados ao longo do trabalho. A pesquisa utilizou fontes secundárias para obter os dados para a análise (consulta a sites, jornais e revistas, pesquisas de empresas formadas por holdings). Um estudo (citado a seguir em detalhes) mostra ao longo dos últimos cinquenta anos, o cenário jurídico brasileiro tem percebido um aumento na abertura de empresas com o caráter de holding. Mas os motivos que capturam todas as sinergias existentes são objetos de estudos desse trabalho. Isso se deve, em parte, a fuga dos trâmites burocráticos e onerosos de processos de inventários, segurança e assertividade na divisão de heranças (cada beneficiário com a sua cota previamente), gerando economia com custas advocatícias e eficácia na integração. Integrar essas decisões a uma eficiente administração talvez seja o principal desafio para empresas que participam desses processos cada vez mais comuns no capitalismo mundial. No Brasil, onde o crescimento do nascimento desse tipo de empresa tem sido mais recente, operações como estas têm se tornado mais comuns, e as empresas envolvidas estão construindo o seu aprendizado sobre as principais ferramentas que podem (e devem) ser utilizadas para não cometer o erro de levar em conta apenas valores tangíveis das operações, como sinergias, custos, retornos, etc. As conclusões deste trabalho apontam para uma contribuição efetiva do entendimento aos reais motivos que levam à abertura de holdings familiares, em especial no item "jurisprudência". A atividade jurídica ajuda a azeitar estas relações, abordando e discutindo as causas e propondo uma reflexão sobre o tema.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Sociais Aplicadas
Direito

Comunicação oral

INIMPUTABILIDADE MENORIDADE PENAL

JONATHAN MAYER ARAUJO BARBOZA

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar as ações do Estado meio aos jovens que muitas das vezes são acusados por crimes hediondos diante a sociedade burguesa e as elites, a punição aplicada aos tais jovens está sendo discutida nos setores competentes, referenciando que a penalidade está inadequada ao crime cometido. O trabalho foi embasado em levantamento bibliográfico, foram efetuadas leituras de legislações, doutrinas e pesquisas online. Os dados foram examinados com a aplicação do método hipotético dedutivo, isto é, as informações coletadas, foram analisadas partindo do geral para o particular.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

INTERPRETAÇÃO EVOLUTIVA SEGUNDO O SISTEMA GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS E A
LIBERDADE DE REUNIÃO

GUILHERME FONTANA SANCHEZ

O presente estudo tem por base fundamental analisar a intrínseca possibilidade de aplicação da ideia de que, por ser a liberdade de expressão de pensamento um direito essencial a democracia, entende-se que exigir prévia notificação (basicamente obrigatória para que haja uma manifestação em lugar público) pode servir como instrumento para censura deste direito. Portanto, entende-se que aplicar a Interpretação Evolutiva sobre uma situação específica (ora, é esta a interpretação que busca evoluir de acordo com a dinâmica global e tecnologia pujante): a de que, ao existir um evento em rede social (como o Facebook) que agende uma manifestação em lugar público, com grande número de pessoas confirmado e de conhecimento das autoridades, a notificação prévia não seria exigível. Para tanto, se faz uso de estudo bibliográfico e jurisprudencial, a fim de que se compreenda a fundamentação deste trabalho e sua relevante importância para a consolidação dos Direitos Humanos.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

LEI DA FICHA LIMPA: PRINCIPAIS MUDANÇAS E SEU FUNCIONAMENTO

MARCOS VINICIUS DA SILVA

THAINA ARCANJO DA COSTA SILVA

FABIOLA SOARES DE MELO

O objetivo desse estudo foi a compreender o funcionamento da lei complementar n.º 135 de 2010, mais conhecida como "Lei da Ficha Limpa", pois no meio de tantos escândalos envolvendo membros do nosso sistema legislativo e a prática da corrupção (ativa e passiva), tal lei visa coibir os atos criminosos, impedindo a candidatura de indivíduos envolvidos em investigações nos chamados crimes de colarinho branco por até oito anos. A Lei supracitada é uma das leis que tem maior eficácia e aprovação popular, causando grandes mudanças principalmente no modo de voto (associado em uma escolha consciente e confiança na mesma) e candidatura (candidatar apenas quem não tem histórico negativo).

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Sociais Aplicadas
Direito

Comunicação oral

LEI MARIA DA PENHA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR : 12 ANOS DE PROTEÇÃO E
EMPODERAMENTO FEMININO

ROBERTA MICHELI DE OLIVEIRA CAVALCANTE

A lei que rege a tratativa quanto à proteção da mulher é a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Crescente a cada dia, o assunto é tema dos principais grupos sociais e, dentro da família, é um assunto extremamente delicado, pois envolve diversas questões religiosas, sociais e psicológicas. Mas essa não é a justificativa para que ainda aconteça a violência no lar, necessário ainda muito debate sobre o tema para o fortalecimento e empoderamento da mulher frente a seu agressor. Palavras chaves: Lei Maria da Penha, Violência doméstica, Mulher, Família, Empoderamento.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

MECANISMOS DE DEFESA DA PROPRIEDADE: OFENDÍCULOS

MATHEUS MACHADO GUABERTO

DANIELLE YURIE MOURA DA SILVA

Devido à crescente criminalidade que está insurgindo atualmente, muitas pessoas, preocupadas com os seus bens jurídicos, adotam medidas que visam preservar seus patrimônios e assegurá-los dentro do domicílio. Uma alternativa para essa preocupação é a instalação de ofendículos. Contudo, esses mecanismos devem ser utilizados de forma moderada e dentro dos limites legais. O Estado não dispõe de mecanismos suficientes e necessários para proteção à garantia dos direitos fundamentais, permitindo a este o uso de medidas preventivas para a segurança dos seus bens e integridade física, a base jurídica encontra-se no artigo 23 do Código Penal, onde engloba a utilização dos ofendículos, porém, não há um posicionamento sólido quanto à natureza jurídica destes artefatos. O método aplicado foi o dedutivo legal, baseado na interpretação da legislação, jurisprudências e doutrinas. Logo, ao analisar todos os posicionamentos, mostrou-se mais correto o que admite o uso como sendo um exercício regular de um direito.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

MEIOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

BRUNA MAYARA DA SILVA
LORRAINE CRISTINA QUIRINO
YASMIN BATISTELA CHRISOSTOMO
FLAVIA CAROLINE MARSOLA

O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar que boa parte do número de demandas judiciais que abarrotam o Poder Judiciário poderiam ser solucionadas por modos alternativos de solução de conflitos, não chegando à jurisdição. Conclui-se que o Código de Processo Civil e o Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução 125/2010, justamente pensando em melhor solucionar os conflitos, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, incentivam a conciliação e a mediação como política judiciária adequada e efetiva de solução de litígios, visando à harmonia social e o restabelecimento do sentimento de justiça na sociedade. Para a elaboração desse artigo foi utilizado o método hipotético dedutivo.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

O CRIME DE ESTUPRO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES

ADRIANA BAKER GOVEIA ARAUJO

O presente trabalho teve por objetivo realizar um estudo jurídico sobre o crime de estupro e a possibilidade de sua aplicação por meio da ferramenta virtual (internet). Outrossim, este projeto foi desenvolvido através de bibliografias e artigos eletrônicos, realizando-se um estudo pelo método hipotético-dedutivo e contenda dialética. Data vênica, o enquadramento do crime de estupro perpetrado no ambiente virtual só se tornou possível em decorrência da Lei nº 12.015/2009, à qual alterou o artigo 213 do Código Penal, onde para a configuração de tal crime (estupro) não mais se faz necessário o contato físico entre o autor e a vítima (cópula integral ou parcial). Conquanto, perfaz a imprescindibilidade da tipificação de um artigo específico para tal eventualidade em decorrência da imperiosidade de uma pena mais branda, justamente por não se efetivar o contato físico entre o sujeito ativo e o sujeito passivo.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE
Ciências Sociais Aplicadas
Direito

Comunicação oral

O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO VIRTUAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO JURÍDICO

JAIRO CLEOSMAR RODRIGUES JUNIOR
MARCIO FRANÇA TEIXEIRA

O presente artigo tem como objetivo discutir a expansão, bem como os benefícios da utilização do comércio eletrônico tanto na praticidade das compras e vendas, quanto no exercício das profissões que desencadeiam o acesso cada vez mais irrestrito de informações e serviços através da internet. Entendemos que a função principal do trabalho é a de explorar junto à jurisprudência, bibliografias e alguns artigos, as novas tendências mercantis, laborais e o acesso a serviços designados à população, tornando menos burocrática e mais simples a vida de milhões de pessoas e trazendo ao mercado de trabalho avanços oriundos de melhorias tecnológicas, principalmente sob a ótica cibernética.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

O DIREITO AMBIENTAL COMO FORMA DE AMPARO A TODA SOCIEDADE

LUCAS CESAR BONATO ROS
FÁBIO FERREIRA MORONG
MARIA HELENA PEREIRA MIRANTE

A temática sobre o Direito Ambiental como forma de amparo a toda sociedade, está raizada em um mesmo panorama e contextualizações sociais em que traz como posse no desenvolvimento humano em aprofundar no entendimento e na análise, sobre a atuação da Geografia, como ferramenta de trabalho para o Direito Ambiental, na difícil e constante batalha em defesa do meio ambiente, visto que, o Direito Ambiental, procura regulamentar a relação do homem com o meio ambiente e o alcance jurídico no processo da categorização jurídica da realidade geográfica brasileira, compreendendo os fatores prejudiciais a sociedade à um resultado, como forma de reverter a problematização, à educação ambiental como resposta de toda a complexidade.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

O DIREITO AMBIENTAL E GEOGRAFIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: ASPECTOS HISTÓRICOS E ATUAIS.

LUCAS CESAR BONATO ROS
MARIA HELENA PEREIRA MIRANTE
FÁBIO FERREIRA MORONG

A temática sobre o Direito Ambiental e Geografia no Pontal do Paranapanema: aspectos históricos e atuais, traz a realidade de uma região em que o processo de ocupação foi marcado por irregularidades, abusos, devastação ambiental, conflitos relacionados a questão da Reforma Agrária. Pois, sua compreensão por todos esses elementos era mais intensa em decorrências dos movimentos sócio territoriais, formados por camponeses, com as suas disputas pelas terras, sendo que esses camponeses eram exemplos claros de mudanças significativas, na questão agrária do Pontal. Esse resgate histórico, na luta pela terra, até o presentemente tem como fonte principal a sua contribuição na questão agrária atual e também os rumos e perspectivas da luta pela terra na região.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

O ESTADO COMO CONSUMIDOR: E A SUA VULNERABILIDADE TÉCNICA

CLEYTON HELENO PEREIRA DA SILVA

A presente pesquisa, tem por finalidade refletir sobre a inaplicabilidade do Código de defesa do consumidor, nas relações consumeristas onde figure o Estado como consumidor, em virtude de sua condição de supremacia frente ao Fornecedor, dado pela Lei de licitações, o mesmo não enquadra-se no conceito do artigo 2º do referido diploma legal. Assim para que a pesquisa transcorra adequadamente, adotou-se o método hipotético-dedutivo, realizado através de revisão bibliográfica, com a utilização de doutrina, jurisprudência, artigos eletrônicos, normas constitucionais e infraconstitucionais. Conclui-se que deve ser aplicado o Código de defesa do consumidor nas relações de consumo do Estado, quando demonstrada a condição de vulnerabilidade do Estado, frente a expertise do fornecedor.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

O ESTADO MODERNO E O REGIME DEMOCRÁTICO

LUCAS FERREIRA FURLAN

ALESSANDRO SEVERINO VALLÉR ZENNI

O presente estudo traçou uma linha de correlação entre a evolução do Estado Moderno e o regime democrático. Inicialmente foram tecidas breves considerações quanto à origem do Estado como organização política e suas características. Posteriormente, com a síntese necessária, ponderou-se a respeito da evolução do regime democrático dando destaque as suas modalidades de manifestação ao longo da história, a saber: democracia direta, semidireta e representativa. Encerrando-se o desenvolvimento do trabalho foram feitas breves considerações quanto a indispensável concessão de confiança por parte dos cidadãos as instituições democráticas e seus representantes, como forma de estabilidade do regime. Por fim, foram tecidas as considerações finais. Palavras-chave: Democracia, Estado, Regime e Representação.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

O PAPEL DA PERÍCIA AMBIENTAL NO CASO MARIANA/MG

FERNANDA SILVA MACHADO

FÁBIO FERREIRA MORONG

CÉLIA DOS SANTOS SILVA

Em 05 de novembro de 2015, a barragem do Fundão, sob gestão da empresa Samarco Mineração S/A, se rompeu carregando aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos, percorrendo cerca de 600km até chegar ao Oceano Atlântico. O rastro de destruição deixou prejuízos para a população e ao meio ambiente. Segundo laudo emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é impossível estimar o prazo para que o meio ambiente se recupere. Frente ao grande impacto ambiental, a Perícia destacou mais uma vez sua importância por meio de laudos técnicos, identificando e mensurando a intensidade dos impactos ambientais nas regiões atingidas. O objetivo desse artigo é ressaltar a importância da Perícia Ambiental, baseando-se na tragédia ocorrida em Mariana/MG. Conclui-se que sem a mesma, não seria possível identificar e mensurar os impactos ambientais, o que resta evidente ser um instrumento de grande relevância à proteção ambiental.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E AS COTAS RACIAIS COMO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR: UMA
QUESTÃO CONSTITUCIONAL

EVELYN PEREIRA DA SILVA

ANA AUGUSTA RODRIGUES WESTIN EBAID

O estudo buscou investigar as ações afirmativas, em primordial as cotas raciais com o objetivo de ponderar sua submissão a Constituição Federal. A evolução histórica fundamenta a discrepância social em relação aos grupos étnico-raciais, principalmente quando tratamos dos afrodescendentes, o que dificultou a sua trajetória ao acesso educacional. A perquirição do tema buscou abranger um lado social e outro jurídico, demonstrando a desarmonia em relação aos pensadores da imprescindibilidade das políticas públicas voltadas ao mecanismo de acesso ao ensino superior. Através de pesquisa descritiva, mas caracterizada com método hipotético dedutivo, buscou-se dar maior abrangência ao princípio da igualdade, analisando adversidade em relação a efetivação do direito fundamental a educação, analisando as conjecturas e concluindo que a igualdade abrange aspectos formais e materiais, com espeque em uma natureza jurídica compensatória o que não importa em uma inconstitucionalidade.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

O TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS, ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS DO LENOCÍNIO E
SUA ABORDAGEM NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

HUGO STEPHANO RUFINO BELEZZI

O tráfico de pessoas tem como alvo mulheres e crianças principalmente, onde, de forma diária tem as suas prerrogativas de direitos e vidas roubadas por um descontrole do ser humano: o tráfico sexual. Pessoas estas são iludidas através de ofertas de emprego ou mesmo levadas a força para diversas regiões do globo, e na maioria das vezes, estas nunca mais retornem para os seus lares. O tráfico de pessoas não é coisa oriunda apenas no século XXI, delito este teve a sua origem na antiguidade, na Grécia e em Roma, e não tinha como objetivo fins lucrativos, eram apenas prisioneiros de guerra que trabalhavam em regime de escravidão, os sujeitos desse crime, bem como seus perfis criminológicos. Apesar de não ser muito divulgado, esse tipo de tráfico tem rotas mundiais que trazem uma vida de luxo e lascívia aos traficantes.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

OS EFEITOS DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO OESTE PAULISTA

RAFAEL AGUDO FREIRE
THIEGO DE SOUZA COSTA SANTOS
DANIELLE YURIE MOURA DA SILVA

No Brasil temos um enorme número de penitenciárias superlotadas, o que acaba conseqüentemente submetendo os encarcerados a tratamentos desumanos e degradantes, posto a impossibilidade de convivência em celas cheias, além da superlotação, o sistema prisional conta com um enorme número de presos temporários, presos estes que sequer foram julgados e condenados, agravando o problema da superlotação. No Oeste Paulista a situação não é diferente da encontrada no restante do país, sendo agravada pela grande quantidade de unidades prisionais presentes na região de Presidente Prudente, como forma de diminuir o número de presos temporários e reduzir a superlotação carcerária surge a audiência de custódia, instrumento que vem ganhando força e mostrando resultado ao longo do tempo.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

OS LIMITES DA UTILIZAÇÃO DE REDES SOCIAIS NA ADVOCACIA.

FABIOLA SOARES DE MELO

ANA AUGUSTA RODRIGUES WESTIN EBAID

O objetivo deste estudo foi compreender quais são os limites existentes auxiliando os operadores do direito acerca da publicidade e como ela pode ser utilizada, como por exemplo as publicações em aplicativos como Whatsapp ou Facebook. Com os avanços da tecnologia, cada vez mais fica mais difícil saber até onde uma publicação sai da orbita de mera informação e passa a ser captação de clientela, que é expressamente vedado pelo Código de Ética e Disciplina da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O presente artigo visa indicar tais limites existentes quando se trata da publicidade e meios tecnológicos exemplificando o que é ou não permitido.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

PODER REGULATÓRIO E PODER DE POLÍCIA: ADEQUAÇÃO DE CONCEITOS TRADICIONAIS AO
(NOVO) CONTEXTO SOCIAL DEMOCRÁTICO

AMÉRICO RIBEIRO MAGRO

FÁBIO FERREIRA MORONG

O presente artigo pretende analisar conceitos relevantes do Direito Administrativo e Regulatório Brasileiros, isto é, regulação e poder de polícia, demonstrando, em especial, de que forma o primeiro forçou a transformação semântica do último num processo de retroalimentação que, ao fim e ao cabo, pretendeu sua adaptação ao vigente contexto social democrático. De início, delimitou as definições de regulação, poder regulatório e poder de polícia, para tanto se socorrendo de tradicional doutrina do Direito Administrativo. Após, definidas as terminologias analisadas, demonstrou a premente necessidade de adaptação das noções de polícia administrativa e poder de polícia à nova visão do Estado Democrático. Conclui-se, assim, que a atividade de polícia administrativa hoje se aproxima do conceito de regulação, de maneira que sua acepção tradicional não é mais suficiente à vigente complexidade socioeconômica. O método aplicado foi o dedutivo e comparativo, baseado na interpretação da doutrina especializada no tema, tanto nacional como comparada.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

PONDERAÇÃO DE VALORES E OS PRINCÍPIOS DA NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO DA PRISAO
PREVENTIVA

MARIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA
DEBORA CAMILA SILVA CAMPOS
EDUARDO BUZETTI EUSTACHIO BEZERRO

O presente trabalho trata-se de uma análise da prisão preventiva, uma das espécies de medida cautelar. Visa apontar suas principais características, pressupostos, vantagens e desvantagens. Por se tratar de medida cautelar restritiva de liberdade, é alvo de discussões doutrinárias, alguns defendem sua constitucionalidade e outros criticam seu conflito com o princípio da presunção da Inocência. Ela é admitida como forma de preservação da investigação criminal, quando há indícios de probabilidade razoável de autoria do crime e quando existe um provável perigo na eficácia e no andamento do processo se o indigitado permanecer em liberdade. Tem por objetivo enfatizar a importância da previa previsão legal dos prazos, e como a sua falta traz para a sociedade uma insegurança jurídica, colocando em risco direitos fundamentais das pessoas.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

PRIMEIROS APONTAMENTOS SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

BLUMER VINICIUS PACHU SILVA

LÍCIA PIMENTEL MARCONI

O presente artigo baseia-se em tema referente ao assédio sexual como conduta recorrente e grave, habitualmente observada no ambiente do trabalho; o aumento de casos, a repercussão psicológica, os prejuízos experimentados pelas partes e a repercussão na esfera moral e patrimonial alertam para a relevância do estudo e discussões sobre o tema no sentido de contribuir para melhorias na relação trabalhista entre empregado e empregador. A identificação da conduta como crime, bem como a atribuição de penalidade ao assediador faz-se necessária como forma de intimidar o infrator assim como a adoção de melhores práticas no ambiente de trabalho no sentido de efetivar o combate deste crime. O método de análise aplicado foi o hipotético-dedutivo, por meio de entendimento das leis gerais existentes a respeito do assunto, com pesquisas de cunho histórico, teórico e bibliográfico.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

PRINCIPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE

ISMAEL DE OLIVEIRA ASSIS

O Princípio da Legalidade é uma enorme conquista jurídica e social. A história tem frequentemente evidenciado inúmeros casos de abusos dos Poderes Públicos, é com o auxílio desse princípio que o autoritarismo e as arbitrariedades podem ser combatidos. O objetivo deste trabalho, é expor a importância desse axioma, bem como sua adoção preventiva contra eventuais injustiças do Estado. A metodologia usada foi o histórico- analítico e dedutivo legal, com uso de bibliografias variadas, doutrinas específicas da área abordada, legislação e uso de relevantes bibliografias temáticas. Conclui-se, portanto, que para haver controle Estatal, e proteção de direitos fundamentais, o princípio da legalidade é indispensável.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

PSICOPATIA NO DIREITO PENAL: RESPONSABILIDADE DO PSICOPATA NO SISTEMA JURÍDICO
BRASILEIRO.

GABRIEL FELIPE RODRIGUES DAMACENO

O elencado trabalho apresentado tem como objetivo principal estudar a figura do psicopata dentro da sociedade em que o mesmo habitará, procurando de forma complexa e detalhada sistematizar suas atitudes, tendo o escopo de definir suas responsabilidades perante seus atos criminosos. Assim, é forçosa a compreensão do entendimento do Direito Penal Brasileiro em caso de crimes cometidos pelos psicopatas. O início da pesquisa se dá com a explanação do entendimento do conceito de psicopatia, elencando alguns casos de psicopatas já existentes, sendo seguido pelos estudos da criminologia (teoria do crime), focando especialmente à culpabilidade e responsabilidade para melhor compreensão do tema.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

REGULAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FUNÇÃO REGULATÓRIA: DIVERSIDADE DE CONCEITOS ADMINISTRATIVOS

AMÉRICO RIBEIRO MAGRO

FÁBIO FERREIRA MORONG

O presente artigo, baseado em estudos anteriores dos autores, busca analisar e traçar as diferenciações necessárias entre conceitos fundamentais do Direito Administrativo e do Direito Regulatório brasileiro, a saber, Regulação, Regulamentação e Função Regulatória. De início, considera, inclusive sob contexto histórico, as origens dos termos analisados no âmbito do direito comparado, notadamente do norte-americano, expondo de que forma os conceitos de "regulation" e "regulator" foram incorporados ao Ordenamento brasileiro com a criação das chamadas agências reguladoras. Em seguida, cuida de diferenciar as terminologias analisadas, com amparo na doutrina, na lei e na Constituição no que tange aos dispositivos concernentes. Conclui, por fim, demonstrando a natureza compósita da função regulatória do estado. O método aplicado foi o dedutivo legal, baseado na interpretação da legislação, jurisprudências, doutrinas e revistas especializadas no tema.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL VS PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

MAYARA APARECIDA ASSUMPÇÃO RIBEIRO
FRANCISLAINE DE ALMEIDA COIMBRA STRASSER

A presente pesquisa tem por finalidade reflexionar acerca do salário mínimo nacional adotado hodiernamente como parâmetro mínimo para fins de remuneração à luz do artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal de 1988, prevendo que o salário mínimo seja capaz de proporcionar ao empregado, instituindo importância incapaz resguardar ao indivíduo o mínimo básico, necessário para sua sobrevivência e de sua família, desprezando nitidamente o princípio basilar de um Estado Democrático de Direito, ou seja, o princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Após refletir sobre o tema abordado, conclui-se que o salário mínimo nacional estabelecido em lei mostra-se completamente incapaz de atender as necessidades vitais básicas dos trabalhadores, assim como a de sua prole.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

TEORIA DA JANELA QUEBRADA: UMA REFLEXÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

ROBERTA MICHELI DE OLIVEIRA CAVALCANTE

OLIVIE SAMUEL PAIÃO

Este trabalho traz uma reflexão sobre a teoria das janelas quebradas, vislumbrando sua aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro, haja vista a alta taxa de criminalidade existente, geradora de temor e insegurança. Abordar-se-á o instituto da criminologia, de forma sucinta, apontando seu conceito e finalidades, bem como no que se difere do direito penal. Feito o breve introito, a teoria da janela quebrada será discutida a fim de compreendê-la, enfatizando sua origem e um paralelo de sua aplicação com relação entre a desordem e a criminalidade. Conclui-se o presente artigo, demonstrando a solidificação da aplicabilidade da teoria das janelas quebradas em nosso ordenamento jurídico brasileiro.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

TEORIA DO ERRO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

RAFAELA MARQUES VILELLA

ANDREAS GABRIEL FERREIRA MIRANDA

PATRÍCIA PEREIRA SANNA

A teoria do erro baseia-se sobre o fato de nossa sociedade atual cometer erros ou ignorância sobre determinados fatos penais. Para isso tornou-se necessária a criação de teorias para determinar até que ponto é tolerável o erro na égide penal. Analisando possibilidade de equívoco criminal, ignorância legal, intenção adversa da conduta nos levam a refletir sobre a limitação dos atos diante da expansão das leis penais.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

TORNOZELEIRA ELETRONICA VS LIBERDADE RELIGIOSA: CONFLITOS ENTRE DIREITOS HUMANOS**NILZA FLÁVIA DE OLIVEIRA DA COSTA****CLEYTON HELENO PEREIRA DA SILVA**

O objetivo deste estudo é analisar o monitoramento eletrônico, comumente conhecido como tornozeleira eletrônica, sob o prisma da Liberdade Religiosa, consagrada como um dos Direitos Fundamentais. Considerando que a religião sempre ocupou espaço na vida do indivíduo e sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito, justificou-se a necessidade dessa pesquisa à luz dos princípios que os norteiam. Dessa forma, a pesquisa teórica possui foco na execução penal no ordenamento jurídico brasileiro em consonância com a Constituição Federal. Esta pesquisa ainda contemplou uma análise à jurisprudência pátria em caso de conflito de direitos fundamentais, bem como a longinquidade das interpretações dadas ao preceito constitucional. Os resultados constatados ao longo desse artigo explicitam que liberdade religiosa e de culto, consignados na Constituição, não é um capricho tampouco um luxo. Deste modo, aplicou-se o método hipotético-dedutivo com a utilização de doutrina, jurisprudência, artigos eletrônicos e outros.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

TRANGÊNEROS: A VITÓRIA NO JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº
4275

RAFAELA PARPINELI DE OLIVEIRA

CAROLINA BEDUSCHI KLÉBIS

FÁBIO FERREIRA MORONG

O presente artigo objetiva realizar uma breve análise do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275 (ADI) realizado pelo Supremo Tribunal Federal, ajuizada pela Procuradoria Geral da República, bem como dispor sobre as mudanças trazidas pela mesma. O método aplicado foi o dedutivo legal, baseado na interpretação da legislação, julgados, portarias, provimentos e em pareceres emitidos por órgãos competentes. Com efeito, o assunto é relevante haja vista que as transformações trazidas a partir desta decisão da suprema Corte, geram mais conforto às pessoas que conviviam, até poucos meses atrás, com a lentidão do Judiciário e as conseqüências vexatórias a que eram expostas devido à suas situações de fato contradizerem às de direito. Conclui-se que a decisão do STF no julgamento da ADI nº 4275 possui grande relevância, pois é um marco importante diante da omissão do Poder Legislativo em legitimar questões primordiais para uma parcela significativa da população, que vive na marginalidade da sociedade.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

TRIBUNAL DO JÚRI: ASPECTOS CONTROVERSOS

LUANA MARIA MORETTI

DANIELLE YURIE MOURA DA SILVA

O presente trabalho tem como objetivo analisar o instituto do Tribunal do Júri Popular de acordo com seu funcionamento, suas bases legais, como ele é visto pela sociedade e, finalmente, apresentar uma reflexão crítica e fundamentada considerando seus pontos favoráveis e desfavoráveis, partindo do raciocínio lógico geral para o particular, por meio do método hipotético-dedutivo. Discorrendo sobre a aplicabilidade e eficiência do instituto, levando em consideração a análise de casos reais, observando a influência midiática na opinião popular e como ela é capaz de manipular a visão social. Conclui-se que a justiça e a igualdade devem estar acima de qualquer tipo de sensacionalismo midiático para que o Tribunal do Júri cumpra com a sua essência de sua existência, visto que ainda hoje a mídia possui forte influência na formação de opinião das massas populares, causando impacto no papel desempenhado pelos jurados, e, afetando negativamente o instituto do Tribunal do Júri.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

TÍTULO DE CRÉDITO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS APLICÁVEIS AO EMITENTE SUSTANTE DE
CHEQUES PÓS-DATADOS

HUMBERTO PEDROSA SANTOS
RAFAELA NAYARA FERREIRA RODRIGUES

A presente pesquisa tem por finalidade refletir sobre o abuso do direito pelo emitente do cheque sustando-o ou revogando com intuito de enriquecimento indevido, verifica-se que a infundada sustação do pagamento do cheque tem os mesmos efeitos penais da emissão de cheque sem fundos, podendo configurar crime de estelionato conforme dispõe o artigo 171 § 2º VI do código penal e ação monitoria conforme dispositivo de lei art.700 do NCPC. Assim para que a pesquisa transcorra adequadamente, adotou-se o método hipotético dedutivo realizado através de revisão bibliográfica, com a utilização de doutrina, jurisprudência, artigos eletrônicos, normas constitucionais e infraconstitucionais. Conclui-se que deve ser aplicado o Código penal nas relações de abuso de Direito praticado pelo emitente frente ao sacado.

Pesquisa (ENAPI)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

UMA BREVE ANÁLISE DA LEI Nº 12.403/2011 EM RELAÇÃO À PRISÃO EM FLAGRANTE NOS TERMOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

VERONILDE OLIVEIRA DE ALMEIDA JUNIOR

FÁBIO FERREIRA MORONG

A forma mais drástica de restringir a liberdade é por meio da prisão. Prisão essa que pode ser dividida em duas espécies: prisão como pena e prisão provisória. Dentro da espécie provisória encontramos o objeto de estudo deste trabalho que é a prisão em flagrante. O objetivo deste estudo é demonstrar as principais mudanças e seus efeitos relacionados à prisão em flagrante em decorrência das alterações que a lei nº 12.403/ 2011. O método aplicado foi o dedutivo legal com a análise da doutrina, legislação nacional e jurisprudência pertinente ao tema. Conclui-se que as alterações implementadas por meio da Lei n. 12.403/2011, proporcionaram diferentes entendimentos sobre a atual natureza jurídica da prisão em flagrante, e que a adoção de uma ou outra interpretação proporciona uma implicação essencial na classificação do instituto como prisão provisória ou medida restritiva de liberdade.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

MONITORIA DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO.....	1283
---	------

Extensão (ENAEXT)

UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA - UNOESTE

Ciências Sociais Aplicadas

Comunicação oral

Direito

MONITORIA DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

ANDREAS GABRIEL FERREIRA MIRANDA

A atividade de monitoria no curso de Direito tem se tornado um método inovador de aproximação entre discentes e o mundo acadêmico, além da eficácia na metodologia de aprendizado. O esquema de monitorias acadêmicas do curso de Direito da UNOESTE tem trazido à tona a importância da aproximação acadêmica entre todos os alunos de diferentes termos (períodos), mostrando que a linguagem dos discentes consegue ampliar o aprendizado e interação sobre os temas tratados em aula, fixando para o monitor e monitorado a matéria, além de buscar meios cognitivos de aprendizados diferentes. A atividade elaborada durante o primeiro semestre de 2018, teve como objetivo a acessibilidade, integração e facilitação no processo de aprendizado da matéria de Introdução ao Estudo do Direito, tornando a linguagem da matéria mais adequada aos alunos que recém ingressaram no curso de Direito. Diante de breve exposto conclui-se que o esquema de monitorias é método facilitador e eficiente no aprendizado dentro da graduação, sendo importante para todos os sujeitos (monitorados e monitor), sendo assim, traz melhorias para o âmbito acadêmico, interação social dentro da universidade, facilita as aulas para o professor regente, e melhora o desempenho dentro da matéria por facilitar e evitar que eventuais dúvidas não sejam esclarecidas, o que torna o aprendizado mais sistêmico e eficaz. UNOESTE A atividade segue o modelo letivo adotado pela universidade dentro do curso de Direito, com aulas expositivas, com ênfase no sistema de aulas invertidas, aplicação de simulados, atividades extracurriculares e momentos para sanar dúvidas dos monitorados, que durante a aula regular não conseguem ser explicadas, ou devido a timidez impede a exposição. A monitoria torna mais fácil a memorização de determinadas matérias lecionadas, além de conseguir dirimir dúvidas que poderiam impedir o crescimento acadêmico dos monitorados. Para o monitor o esquema tem fundamental importância, devido o reforço do aprendizado, que muitas das vezes se perde dentro das muitas matérias, faz com que reveja matérias que serão importantes tanto para a vida profissional como para o Exame da Ordem dos Advogados.
